

Anistia a micros pode ter consenso

LUIZ ROBERTO
MARINHO

Da Editoria de Economia

O congelamento da correção monetária cobrada nos encargos e o parcelamento do seu pagamento em dois ou três anos, mantendo-se a amortização normal do principal, é a mais provável alternativa para a solução de consenso buscada entre o Ministério da Fazenda e os parlamentares favoráveis às três emendas às disposições transitórias da Constituição que perdoam as dívidas contraídas por micros e pequenos empresários durante o Plano Cruzado.

A sugestão é do líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha (PB), e, segundo fontes da Fazenda, sensibilizou os radicais dos dois lados — ou seja, os deputados Humberto Souto (PFL-MG) e Ziza Valadares (sem partido-MG) e o senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), autores das emendas, e uma ala do Ministério em que se inclui o secretário especial de Assuntos Econômicos, João Batista Camargo. Os três parlamentares não abrem mão de algum tipo de medida que favoreça empresários de pequeno porte, que estão pagando financiamentos contraídos durante o Plano Cruzado, enquanto a ala em que se alinha Camargo é contrária a qualquer tipo de benefício.

A grande vantagem da alternativa do congelamento da correção monetária e o parcelamento do seu pagamento em dois ou três anos é de que não constitui uma anistia, mas uma espécie de reescalonamento. Ela não exclui, porém, os prejuízos, pois haverá perda de receita para o siste-

ma bancário pelo congelamento da correção monetária, mas eles seriam bem menores do que os esperados se aprovada uma das emendas originais — Cz\$ 520 bilhões, a preços de junho, pela proposta de Humberto Souto, e entre 6 bilhões e 7 bilhões de dólares se somadas as propostas de Mansueto de Lavor e Ziza Valadares.

Considera-se "palatável" na Fazenda um custo de Cz\$ 100 bilhões de cruzados, limite proposto pelo deputado José Lourenço, mas o grande problema é onde cortar ou de quem retirar tal volume, pois as contas do Tesouro estão incompressíveis para se obter a meta de um déficit público de 4 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), este ano.

A solução de consenso caminha para uma fusão das três emendas de modo a se obter o menor custo possível. Não é mais permitido apresentar emenda nova ao texto constitucional em elaboração, mas como observa um especialista nos trâmites legais dos trabalhos da Constituinte, assessor de um senador do PMDB, a fusão de emendas tem mostrado, na prática, ser possível apresentar texto novo aproveitando alguma coisa do texto original.

Não haverá comissão para negociar o consenso, ao contrário do que chegou a ser divulgado. Um técnico do Banco Central ou da Secretaria do Tesouro irá aos parlamentares para fundamentar os cálculos encontrados pela Fazenda para os custos da anistia, contestados pelos autores das três emendas.

O ritual da negociação passa por reuniões em separado, ao longo da próxi-

ma semana, do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, com os autores das emendas e as lideranças partidárias aliadas com o Governo. A Fazenda espera contar, além das lideranças, com um outro aliado de peso: os governadores, que, diante do risco da falência de seus bancos, responsáveis por quase 80 por cento dos créditos que se quer anistiar, certamente pressionarão suas bancadas para pelo menos atenuar o impacto das propostas.

A tática adotada pela Fazenda foi primeiro promover uma reunião geral, como a que foi feita terça-feira. A fase decisiva, a ser deflagrada na próxima semana, quando começa a contagem regressiva para a votação das emendas, passa pelos encontros isolados de Mailson, que pretende comandar pessoalmente a negociação.

PLANALTO

O ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Ronaldo Costa Couto, disse ontem que o Governo reconhece que foram criadas no País 500 mil microempresas estimuladas pelas facilidades surgidas durante o Plano Cruzado, e que por isto, além de soluções técnicas, é necessária também uma solução política para o problema do endividamento desses empresários.

Costa Couto não defendeu a supressão integral da correção monetária sobre as dívidas contraídas, mas lembrou que com as dificuldades que o setor passou a enfrentar após o Plano Cruzado, é preciso encontrar uma saída capaz de continuar viabilizando as empresas que tenham obtido um bom desempenho.